

Uma Guinada à Direita. A crise da democracia liberal.

Everton Rodrigo Santos

chabert89@gmail.com

Universidade Feevale

Democracia, Democratização e Qualidade da Democracia.

Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Internacional de la Asociación Mexicana de Ciencia Política (Amecip), organizado en colaboración con la Universidad Popular Autónoma del Estado Puebla, los días 31 julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019.

Paper apresentado ao X Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política-México/Monterrey Julho/agosto de 2019.

Uma Guinada à Direita. A crise da democracia liberal

Everton Rodrigo Santos¹

Introdução

O Brasil encontra-se entre as dez maiores economias do mundo e a maior economia da América Latina neste início de século XXI. Apesar desta importante posição econômica no mundo e no continente, do ponto de vista político, quando olhamos para o âmbito doméstico, as coisas parecem não ter a mesma abrangência institucional. Na última pesquisa do Latinobarômetro, a insatisfação com o funcionamento da democracia cresceu de 51% em 2009 para 71% em 2018. Na Pesquisa Mundial de Valores (WVS), o Brasil tem apresentado um declínio constante de seu apoio à democracia e suas instituições. Quando se é perguntado aos brasileiros “qual a importância de se ter um líder forte no país que não tenha medo de passar por cima do parlamento e das eleições”, a última onda do WVS aponta que 21,7% achavam “muito importante” ter este líder e, surpreendentemente, 43,1% achava “importante”.

Não foi por acaso que, no dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro do PSL, um ex-capitão do exército brasileiro e deputado federal da extrema direita, obteve 49,8% dos votos no segundo turno das eleições presidenciais no país, contra 40,5% da candidatura de Fernando Haddad do PT, da esquerda moderada. A vitória desta candidatura antissistema, mais do que uma causa é, na verdade, um sintoma de uma

¹ Professor Visitante na Universidade Nacional de Rosário (UNR) na Argentina. Pós-Doutor e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor e Pesquisador no Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Feevale. É vinculado ao Grupo de Pesquisa World Values Survey (WVS), ao grupo de pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na América Latina da UFRGS e ao grupo Metropolização e Desenvolvimento Regional da Universidade Feevale. É Consultor do Ministério da Educação (Capes).

crise estrutural muito mais profunda da democracia brasileira combinada com a crise da democracia liberal no mundo.

Nossa **tese central** em linha gerais, neste ensaio, é de que essa crise foi proveniente dos baixos níveis de crescimento econômico(PIB) que, por sua vez, combinaram-se com a baixa confiança e crença nas instituições políticas e sociais brasileiras que estruturam o regime democrático, fragilizando-o. Os escândalos de corrupção, publicizados pela mídia, as novas tecnologias de informação, a ausência das reformas necessárias ao país, têm aumentado o descrédito nas instituições democráticas, principalmente no legislativo e no executivo, além dos partidos políticos que estão na base de sustentação destes poderes. Neste sentido, o uso do “hardball” por parte dos players, uma espécie de “aos inimigos a lei”, torna-se recorrente na política brasileira, expondo ainda mais o divórcio litigioso entre representantes e representados no contexto de uma democracia inercial e instável (Baquero, 2018; Ferraz, 2014)², que passa a ter o judiciário como novo protagonista neste cenário político.

Objetivando desenvolver nossa tese, dividimos este capítulo em três momentos, no primeiro, **“Três Presidentes, Três Grandes Desafios. Sarney, FHC e Lula”**, recuamos 30 anos na história nacional para equacionar, no período recente, as razões mais visíveis desta crise. Estes três presidentes, muito embora fossem governos nascidos da oposição que fizeram um ao outro, foram, ao final e ao cabo, complementares entre si, pois estavam dentro do mesmo processo histórico da democratização. No segundo momento, **“Os Três Grandes Tropeços da Democracia Brasileira”**, elencamos três casos de “hardball” mais significativos na política brasileira das últimas décadas que provocaram um descompasso nos processos de democratização do país. Essa “opção de jogo” por parte das elites políticas tanto à esquerda quanto à direita, respaldados pela opinião pública, marcam as frágeis convicções democráticas dos recém convertidos, bem como a entrada em cena de novos players com a “politização da justiça”. Num terceiro momento, **“A Crise da Democracia Liberal e a Vitória de Bolsonaro”**, em linhas sumárias, descrevemos

² Posteriormente, explicaremos melhor o conceito de “hardball”, que significa “jogo duro constitucional”; o mais aproximado neste momento para entendê-lo seria traduzi-lo naquela máxima do ex-presidente Getúlio Vargas: “aos inimigos a lei”.

como a crise da democracia liberal chega ao Brasil, como um fenômeno estrutural com que as novas democracias terão de lidar, como a crise de representação numa sociedade conservadora nos costumes e nada liberal na economia e na política. **À guisa de conclusão**, a partir da análise desenhada, apontamos as perspectivas para o Brasil a partir do governo eleito, esboçando “cenários ideais polares”, numa perspectiva weberiana para o Brasil 2019/2022, que vão desde o agravamento da crise da democracia à sua possível atenuação.

1 Três Presidentes, Três Grandes Desafios. Sarney, FHC e Lula

Após mais de 30 anos transcorridos desde a primeira eleição indireta de um presidente civil em 1985, vivenciamos uma crise da democracia que coloca em xeque as principais instituições políticas que edificaram o Estado de Direito Democrático até aqui. Tivemos um caminho histórico e político nestas três últimas décadas que podemos resumir em três Presidentes da República e seus respectivos desafios: Sarney, FHC e Lula³.

O primeiro presidente, **José Sarney** do PMDB, teve o desafio “político” de transitar de um regime autoritário para um regime democrático em meados dos anos 80. A posse do Presidente, afiançada pelos militares na figura do General Leônidas Pires Gonçalves, encerrou o ciclo de governos militares, mas não necessariamente o poder dos militares que foram os fiéis da balança, tutelando todo o processo político (Santos, 2010). A instituição militar mostrou-se, nos primeiros movimentos deste governo, fortalecida e coesa para a continuidade do processo de descentralização política, a completar-se em 1989 com as eleições diretas para a Presidência da República. De fato, o processo de “transição pelo alto”, que ajudou a preservar as Forças Armadas brasileiras de um julgamento mais rigoroso pela sociedade, também garantiu uma certa legitimidade institucional aos militares, colocando-os como “fiadores

³Certamente alguém poderia objetar o fato de não incluirmos aqui o presidente Collor (1990/1992) ou mesmo o presidente Itamar Franco(1992/1994) que também foram governos neste período. Utilizamos como critério para selecionar estes três presidentes o fato desses terem tido, ao mesmo tempo, um projeto de poder e um projeto de governo concluídos.

do processo”, diferente do caso argentino em que os militares sofreram uma derrota com a guerra das Malvinas e foram parar no banco dos réus.

O segundo presidente, **Fernando Henrique Cardoso** do PSDB, teve o desafio “econômico” de transitarmos de uma economia instável com sucessivos pacotes econômicos fracassados para uma economia estável, com a implantação do plano real e a valorização da moeda nacional, nos anos 90. FHC foi eleito diretamente Presidente da República, em 1994, na esteira de um bem sucedido Plano econômico, que ele havia capitaneado e implantado ainda no governo Itamar Franco na condição de ministro da economia.

No final do seu segundo mandato, em 2002, FHC havia baixado a inflação de 916,43% em 1994, para patamares de 12,53% ao ano. Com a estabilidade da economia e os ventos liberais pró reforma do Estado, houve a privatização de empresas estatais, privatizações em setores considerados deficitários, tais como telecomunicações, distribuição de energia elétrica, mineração e financeiro, bem como a criação das agências regulatórias e a mudança da legislação que rege o funcionalismo público, bem como, de forma ainda tímida, programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação.

O terceiro presidente, **Luiz Inácio Lula da Silva** do PT, teve seu início em janeiro de 2003, recebendo a faixa presidencial de um civil, que não só tinha mantido intactas as instituições formais da democracia como havia estabilizado a economia nacional. Lula assumiu com uma inflação de 9,30% e entregou o bastão com uma inflação de 5,90% em seu segundo mandato como Presidente. De fato, Lula dá continuidade ao legado político e econômico de seu antecessor, isso fica claro nos primeiros movimentos do governo quando ele nomeia Henrique Meirelles, um conhecido executivo do Banco de Boston, deputado federal pelo PSDB, para a Presidência do Banco Central.

Inflação baixa, queda do desemprego, aumento da chamada classe C e programas sociais foram a marca de seu governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, FIES, PROUNE. A ele cabia o desafio de transitarmos para um país socialmente justo, com a reorganização dos programas sociais e a diminuição das desigualdades. O desafio social fechava o tripé com o político e o econômico.

Olhando estes desafios em perspectiva, dentro do mesmo processo histórico, perceberemos que o aperfeiçoamento da democracia e as reformas do Estado constituíram-se em tarefa complexa e lenta ao longo destes 30 anos. Quando o governo **Dilma Rousseff** assumiu, em janeiro de 2011, no seu primeiro mandato, a inflação estava em patamares de 6,50%; o Brasil, portanto, já usufruía da estabilidade econômica há quase duas décadas e seu padrinho político, Lula, “passava o bastão” para a terceira presidente eleita democraticamente com um conjunto de políticas sociais que reconhecidamente eram a cara dos governos do PT. Qual era então a missão histórica da Presidente eleita, já que as transições política, econômica e social foram efetuadas por seus predecessores?

A agenda que se impunha ao Estado brasileiro e a própria democracia, a partir do governo Dilma, foram as necessárias reformas que articulassem as relações entre o Estado e a Sociedade no Brasil. A reforma política, a reforma fiscal, a tributária e a previdenciária, entre outras reformas urgentes que ameaçavam colapsar as relações entre representantes e representados.

Em contrapartida, Dilma propôs a “nova matriz macro econômica”, uma matriz muito mais intervencionista do Estado na economia, que visava fomentar o crescimento econômico através da “demanda agregada doméstica”, caracterizada pela combinação entre juros baixos, câmbio competitivo e política fiscal “amigável” ao investimento público muito acima do que o PIB poderia suportar (Oreiro, 2015).

Estes episódios, ao nosso ver, somado à queda crescente das commodities no mercado internacional, caracterizaram o início do fim do seu natimorto segundo mandato presidencial entre 2015 e 2016. O fato é que o afastamento da Presidente do “tripé macroeconômico” e o adiamento das reformas nos tornaram mais vulneráveis a dois grandes efeitos, de um lado, as crises econômicas típicas do capitalismo que nos abateram com mais facilidade (a crise do capitalismo pós 2008) e, de outro lado, o processo de democratização que teve o efeito de trazer uma maior demanda social sobre o Estado. O impeachment de Dilma Rosseff, em 2016, foi uma combinação de crise econômica e crise política⁴.

⁴ Ver Singer (2018), que alude para o fato de que a queda de Dilma deveu-se a perda de apoio do PMDB e dos bancos.

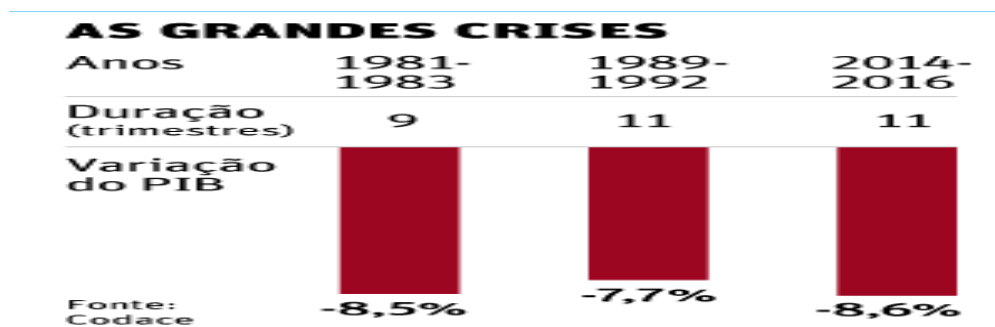
2 Os Três Grandes Tropeços da Democracia Brasileira

De fato, a variável econômica, desde Marx, ainda guarda seus efeitos importantes sobre às instituições políticas e à própria democracia. Patamares muito baixos de crescimento econômico, distribuição de renda e desigualdade no mundo têm ameaçado a crença na democracia e nos direitos e liberdades fundamentais (Castells, 2013; Piketty, 2013). No Brasil, não foi diferente, tanto no impeachment de Collor, em 1992, como no impeachment de Dilma, em 2016, ou mesmo na prisão do ex-presidente Lula, em 2018, são exemplos de tropeços da jovem democracia brasileira combinados com parco crescimento do PIB.

Para a perspectiva dos teóricos maximalistas, as leis e as constituições são certamente importantes para a democracia, mas elas precisam ser amparadas por condições econômicas e culturais que as sustentem (Huntington, 1993). Quando observamos, no **Gráfico 1**, a variação do PIB brasileiro nos últimos 35 anos e seus respectivos períodos recessivos, percebemos o quão importante a economia é para a política e para a sustentação da democracia.

Cada período recessivo da economia correspondeu a uma inflexão poderosa sobre a arena política. A queda do PIB no início dos anos 80 em - 8,5% levou à abertura política e ao declínio do regime autoritário (1981/1983), que já se encontrava muito longe dos efeitos do “milagre econômico” nos anos 70. No final dos oitenta e início dos noventa (1989/1992), a queda do PIB em -7,7% deu ensejo ao impeachment do primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor de Mello em 1992. Entre (2014/2016), a queda do PIB em -8,6% leva ao impeachment da Presidente Dilma Rosseff, em 2016, que havia sido eleita democraticamente em 2014 para o seu segundo mandato.

Gráfico 1



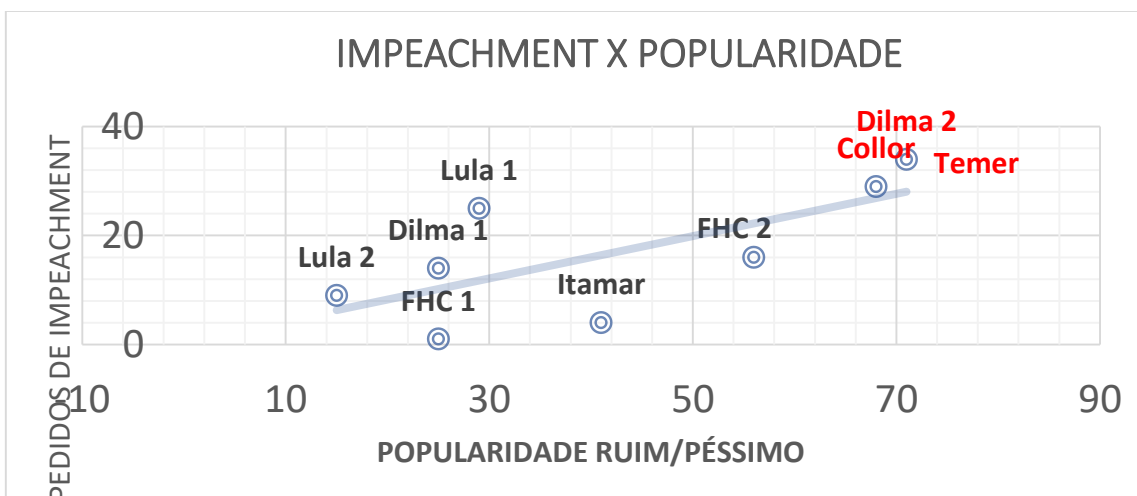
Nestas últimas décadas, dois presidentes eleitos democraticamente não resistiram às recessões, tanto Collor quanto Dilma caíram⁵. Outro dado importante que contempla a perspectiva maximalista de olhar também para a cultura política como um fator importante de sustentação da democracia, é que percebemos também que à medida em que a popularidade do presidente cai, aumentam os pedidos de impeachments, conforme o **Gráfico 2**.

Quando observamos, por exemplo, o governo **Lula 2**, ele teve um percentual de menos de 20% de ruim ou péssimo, ao passo que, no Congresso, ele teve apenas 9 pedidos de impeachments. Foi a época do escândalo de corrupção do “mensalão”, mas o presidente saiu incólume, a economia o ajudou, crescendo, entre 2005 e 2006, cerca de 3,5% a 4% do PIB⁶. Quando olhamos para a ponta oposta, no governo Collor, que chega a uma avaliação de 68 de ruim ou péssimo, ele sobe para 29 pedidos de impeachments com um PIB de -0,5% em 1992. Dilma 2 chega a 71% de ruim e péssimo e atinge 34 pedidos de impeachments no Congresso Nacional, alcançando uma queda de -3,6% do PIB em 2016.

⁵ Somente o presidente General Figueiredo, no início dos anos 80, permaneceu, pois era membro de um regime autoritário desde 1964.

⁶ Mensalão foi o nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional ocorrido entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores (PT), Popular Socialista (PPS), Trabalhista Brasileiro (PTB), República (PR), Socialista Brasileiro (PSB), Republicano Progressista (PRP), Progressista (PP), e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF).

Gráfico 2



Aplicando-se o teste de regressão multiplado SPSS v25, conforme **Tabela 1**, identificamos que as variáveis associadas significativamente com os Pedidos de Impeachments (PI) são, o PIB Corrente (PIBC), o PIB Per Capita (PIBPC) e a Popularidade Negativa dos Presidenciais (PNP). A variável que mais contribuiu para os pedidos de Impeachment foi a popularidade. Quanto maior o percentual de rejeição ao presidente, maior o número de pedidos de impeachment. Outra variável que está também associada inversamente ao número de pedidos de Impeachment é o PIBPC, indicando que, quanto menor PIBPC, maior é o número de pedidos de Impeachment no Congresso. Estas três variáveis, (PNP), (PIBPC) e (PIBC), são determinantes para os impeachments, para o uso dos “hardballs”, como veremos.

Tabela 1 Resultados do Modelo de Regressão Múltipla

Coefficients ^a						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	-6,913	5,438		-1,271	,219
	PIB	1,280	,707	,344	1,810	,086
	PIBC	1,099E-5	,000	7,905	2,703	,014

	PIBPC	-,002	,001	-7,757	-	,017
					2,629	
	PNP	35,851	9,283	,706	3,862	,001
a. DependentVariable: PI						

O modelo de regressão múltipla apresentou bom desempenho na predição dos pedidos de Impeachment em relação às variáveis PIB, PIB Per Capita e Popularidade (R2 0,522;p=0,005)

O Presidente Temer teve um patamar de ruim e péssimo de 82% e um número de 30 pedidos de impeachments, em seu curto tempo de gestão; não caiu, mas seu governo permaneceu instável⁷. Assim, podemos afirmar peremptoriamente que Presidentes da República com patamares acima de 60% de ruim ou péssimo, combinado com crescimento negativo da economia ou com parco crescimento, tendem a cair ou manter-se em governos instáveis. Nesta situação, foram impeachmados Collor e Dilma. Michel Temer permaneceu instável.

O que vemos aqui, no uso indiscriminado de pedidos de impeachments nos últimos anos da República (162 pedidos), caracteriza aquilo que Levitsky & Ziblatt (2018) chamaram de “hardball”, ou seja, o “jogo duro constitucional”, que consiste na estrita aplicação da lei dentro de democracias, mas que, ao mesmo tempo, destrói o espírito da lei e da própria democracia, pois o “hardball” atropela a competição política e viola as regras não escritas da democracia. Em outras palavras, os autores aludem para o fato que as democracias possuem regras escritas e não escritas. Que as regras não escritas são imprescindíveis para o bom funcionamento da democracia, tanto quanto as escritas. Essas regras implicam tolerância mútua e reserva institucional. A “reserva institucional”, segundo os autores, é o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito. O impeachment, como está sendo usado no Brasil, viola as regras democráticas e o espírito da lei. De 1990 a 2018, de Collor a Temer, foram em média quase 6 pedidos de impeachments por ano, tendo

⁷ A estratégia do não impeachment de Temer foi compartilhar o poder com os aliados. Montar uma base que espelhe as preferências ideológicas do plenário (menos heterogenia), compartilhar recursos de acordo com o peso dos partidos no Congresso de maneira muito habilidosa. Temer perdeu completamente o apoio popular com sucessivos escândalos de corrupção, mas se manteve até o final como o apoio do Congresso Nacional. Veja importante artigo explicativo deste fenômeno: “Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro” de Bertholini & Pereira (2017).

eleições regulares a cada 2 anos no país para diferentes instâncias. Ou seja, as eleições parecem não resolver a contenda política.

Para corroborar nosso argumento, Levitsky & Ziblatt (2018), lembram do direito divino dos reis, em que nenhuma regra moral limitava legalmente seus poderes, pois eles eram ungidos por Deus. Portanto, pilhar, roubar seus súditos era algo absolutamente legal, mas que claramente atentava contra os costumes da época, o que em geral os reis não faziam. A transgressão destas regras por parte dos reis levava frequentemente a revoltas e guerra civil generalizada, o que os monarcas evitavam.

É neste sentido, que tanto o impeachment de Collor, em 1992, como o de Dilma Rousseff, em 2016, pode ser caracterizado como “hardball”, mesmo tendo sido legais. As razões alegadas do impeachment de Collor, em 1992, estavam relacionadas ao uso de caixa 2, fraudes, corrupção, contas no exterior, enfim, as justificativas tradicionais para impeachment de presidentes no Brasil. No caso de Dilma, além do fato de várias lideranças estarem envolvidas em corrupção em seu governo, da má administração, do “conjunto da obra”, aqui houve uma inovação: no impeachment, foram as “pedaladas fiscais” da presidente em relação às contas públicas⁸. Aliás, manobra fiscal utilizada em larga escala por todos os presidentes eleitos, governadores de estados e prefeitos no país afora.

Vejam que os dois pedidos de impeachments foram absolutamente legais e não podem ser classificados como querem os governistas, tanto de 1992 como de 2016, como “golpes”, mas também não podem ser classificados como quer a oposição, como exemplo de “bom funcionamento de nossas instituições democráticas”, tanto em 1992 como em 2016. Pois, nos dois casos, trata-se de um “hardball” claro, utilizados pelas lideranças políticas de diferentes partidos, da esquerda à direita para “vencer” o jogo sem competição, burlando regras informais da democracia brasileira⁹.

No caso da prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, configura-se outro caso flagrante de “hardball”. Presidente este que não fora impeachmado no processo

⁸Pedalada fiscal foi o termo utilizado para se referir a operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano.

⁹Este fenômeno estaria substituindo os golpes clássicos do século XX na América Latina que, ao contrário do flagrante descumprimento da lei, que os caracterizava, seria agora a “radicalização da lei”, porém com os mesmos objetivos, fragilizar a democracia e o espírito das leis.

do “mensalão” entre os anos de 2005 e 2006, como já dissemos, pois a economia e sua habilidade política o salvou, parece agora enfrentar a “politização da justiça”. Fenômeno novo no Brasil, pois coloca o judiciário, aqui só para exemplificar, um Juiz, Sergio Moro, através da operação “Lava Jato” com seus poderes constituídos na arena judiciária, diretamente na arena política¹⁰. Esta politização do judiciário fica mais explícita, entre outras, na liberação de escutas telefônicas ilegais, bem como depoimentos de delações premiadas sem base factual, visando impedir a posse do ex-presidente como ministro da casa civil ou mesmo sua eleição¹¹. O ápice deste fenômeno não foi a violação do artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal, que reza: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, dando ao acusado o direito de responder processo em liberdade, pois ele havia sido condenado somente em segunda instância. O ápice de fato foi o aceite do Juiz Sergio Moro para assumir o futuro ministério da justiça do presidente eleito Jair Bolsonaro do PSL¹²”, compondo enquanto membro do “partido da justiça” um novo player junto com os militares no novo governo.

Este comportamento desviante das instituições democráticas por parte das elites fica mais claro quando observamos o respaldo que tem na opinião pública. De fato, a confiança nas instituições políticas tem declinado consistentemente no Brasil ao longo da série histórica, como mostra o **Gráfico 3**. No ano de 1995, 17% das pessoas confiavam em partidos políticos no país, em 2017, esse percentual caiu para um dígito, 6% apenas. Outra queda preocupante é a confiança no Congresso Nacional, pois se, em 1995, ela era 26%, hoje não ultrapassa os 11%. Justiça, Estado e Governo também

¹⁰ Todavia, agora, em ampla vantagem com relação aos atores políticos, pois não se trata de um simples “ativismo judicial”, o fenômeno é muito mais complexo, é a “politização da justiça”, a entrada no jogo eleitoral abertamente.

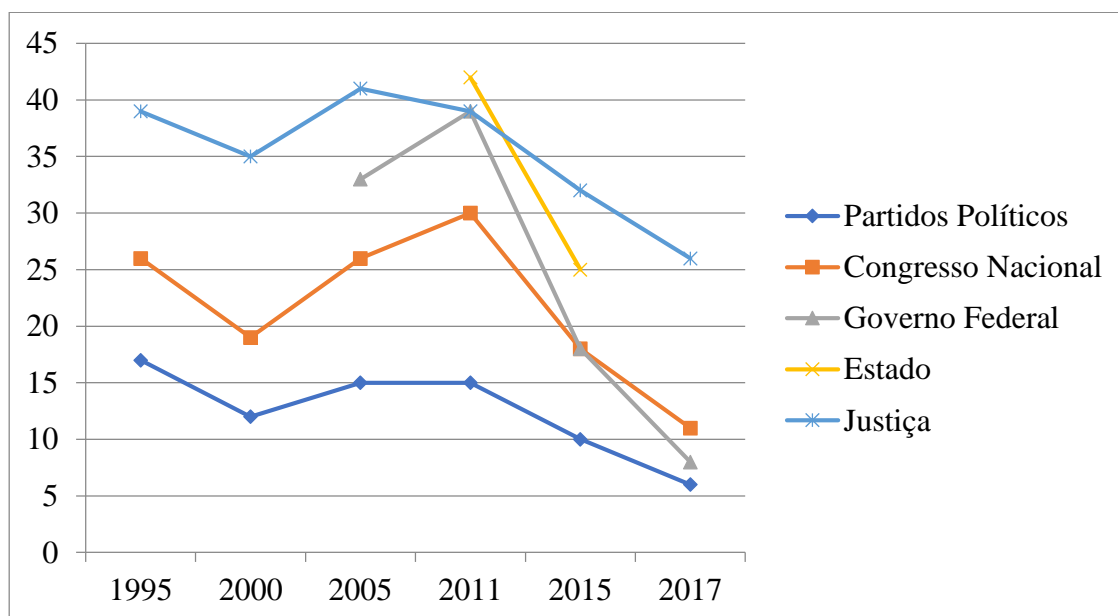
¹¹ A articulação da justiça, do ministério público, da política federal, conforme aquilo que Singer(2018) chamou de “o partido da justiça”.

¹² Não se quer com esta análise precisa deste fenômeno eximir um político ou mesmo a classe política de suas defecções. No Brasil, a corrupção é proporcional ao nível de inserção do político no Estado brasileiro. Decerto que um presidente da República poderá ser acusado de malversação do dinheiro público de uma grande empresa petrolífera, tráfico de influência, ao passo que um deputado federal poderá ser acusado de empregar funcionária fantasma em seu gabinete. Muito embora Lula e Bolsonaro estejam há décadas na política, o deputado Bolsonaro integrava o “baixo clero” no Congresso Nacional e suas posições “extremadas e exóticas” sempre o insularam da participação direta em diferentes governos, também o alijando da participação maior na corrupção nacional, tal como o PT e seus partidos aliados.

declinaram consistentemente ao longo da série, caindo para patamares de 26%, 25% e 8%, respectivamente. O fato relevante é que duas instituições centrais do modelo liberal de democracia como partidos políticos e parlamento estão profundamente desacreditadas pela população, que opta pelas saídas “personalistas”¹³.

Gráfico 3

Confiança nas Instituições Políticas Brasileiras



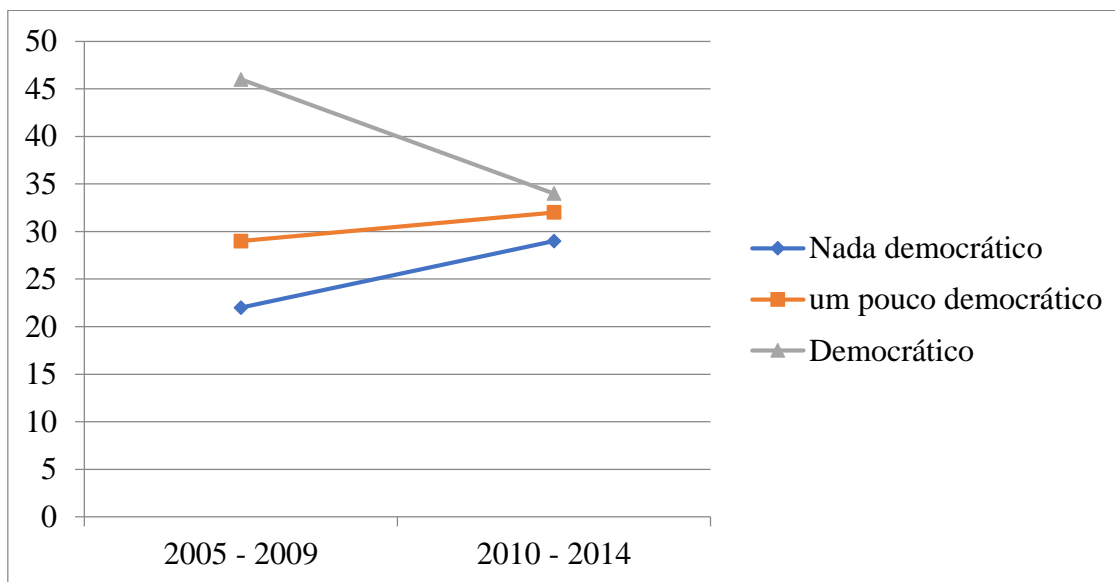
Fonte: Latinobarômetro (surveys de 1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017). Para a construção do gráfico, recodificamos algumas medidas, agrupando as opções “confia muito” e “confia”, onde os dados apresentam apenas os resultados a essas duas respostas e expressam, na coluna, sua porcentagem e, nas linhas, a série temporal. Obs.: algumas séries como a confiança em o “Estado” possuem série temporal recente e não anual.

No **Gráfico 4**, com dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) sobre a percepção de quão democraticamente as pessoas acham que o seu país está sendo governado, vemos uma queda daqueles que acham que o país está sendo governado de “forma democrática”, que passa de 46% para 34%.

¹³ A cultura política brasileira tende a sacralizar as pessoas, não as instituições. Exatamente ao contrário do que ocorre nos EUA. Todavia, a justiça, enquanto instituição, ainda tem o melhor percentual comparada as demais.

Gráfico 4

Percepção de quão democrático o país está sendo governado



Fonte: Pesquisa Mundial de Valores (surveys onda 2005 – 2009 e 2010 – 2014). Para a construção do gráfico, recodificamos em três dimensões equivalentes ao grau de percepção de quão democrático o país está sendo governado, onde os dados apresentam apenas os resultados a essas três respostas e expressam, na coluna, sua porcentagem e, nas linhas, a série temporal.

Aqueles que acham que o país é governado de forma “um pouco democrática” subiu de 29% para 32%, enquanto que aqueles que acreditam que o país é governado de forma “nada democrática” subiu de 22% para 29% nos últimos anos¹⁴. Há uma crise política combinada com uma crise econômica que nos leva àquilo que Baquero (2018) chamou de democracia inercial, uma democracia que não avança, que está estagnada na América Latina, cujas eleições de 2018 evidenciam com as eleições de um ex capitão do exército brasileiro.

3 A Crise da Democracia Liberal e a Vitória de Bolsonaro

A vitória de Bolsonaro corrobora a máxima do dilema civilizatório posto **Bauman** (1998): Para ele, o dilema é que, para se ter mais segurança, é preciso abrir mão de um

¹⁴ Cabe também ressaltar que as instituições mais bem avaliadas ao longo das últimas décadas foram as Forças Armadas que situam-se em patamares de cerca de 80% de confiança.

pouco de liberdade e, para se ter mais liberdade, é preciso abrir mão de segurança. Ocorre que, em tempos de crise do capitalismo global neste início de século, diante da insegurança, da crescente violência urbana, do desemprego, abrimos mão de nossas liberdades e de nossos direitos em prol de mais segurança, por esta razão também a crise da democracia e de suas instituições no mundo e, particularmente, no Brasil. O pêndulo do dilema civilizatório estava favorável a Bolsonaro, menos liberdades¹⁵ e ele venceu.

Na falta de perspectiva de futuro para uma nação, um candidato que apontava para o passado pareceu sedutor nos EUA. Donald Trump ganhou as eleições americanas de 2017 de olho no retrovisor, prometendo “American Great Again”. No Brasil, guardadas as devidas proporções, tivemos também um candidato que, apontando para o passado, fazendo apologia ao regime autoritário brasileiro e seu retorno, venceu o pleito eleitoral de 2018¹⁶. Num país de forte tradição religiosa e neopatrimonial, é bastante compreensível que a figura de Deus e de uma liderança antipolítica e antissistema fosse exaltada como solução nacional. Sabemos que a globalização acentua esta crise de representação e de identidade, quanto menos as pessoas têm controle sobre seu Estado, mercado, mais se recolhem em suas identidades nacionais, territoriais em seu Deus (Castells, 2015, 2018). Houve uma forte polarização no Brasil, nas ruas, nas redes sociais, aqueles que se diziam estar do lado de “Deus”, da “família”, dos “bons costumes”, contra os “comunistas”, “ateus”, “depravados sexuais”. Bolsonaro faz uma leitura correta da conjuntura política e econômica do país.

O slogan da sua candidatura foi “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, pregando menos Brasília e mais Brasil. Basicamente um programa de governo conservador nos costumes e liberal na economia.

Com a ausência de debates eleitorais, principalmente no segundo turno das eleições presidenciais em que o candidato utilizou-se majoritariamente das redes sociais, a campanha ficou muito mais condicionada a uma pauta política de costumes,

¹⁵ Aqui estamos nos referindo a menos liberdades civis, de direitos e não em relação às liberdades econômicas, de mercado que acompanham este discurso.

¹⁶Muito embora no Brasil seja forte a comparação de Bolsonaro com Donald Trump, alguns analistas alegam que a melhor comparação seria com Rodrigo Duterte das Filipinas.

do que propriamente econômica. Entretanto, a pauta liberal econômica da campanha “passou batido” a um olhar mais atento e acurado do eleitor brasileiro, ela foi eclipsada pelo debate dos costumes, do antipetismo e da antipolítica. A candidatura oposicionista a Bolsonaro contribuiu enormemente para a sua vitória, não somente pelo fato de ter subestimado seu potencial eleitoral e o uso das redes sociais, como ter feito um diagnóstico errado da conjuntura econômico e política do país.

Todavia, esta população brasileira, que votou no Bolsonaro, conservadora nos costumes, não é liberal na economia. A última pesquisa de opinião da *IpsosPublicAffairs*, de julho de 2018, demonstra que 68% da população brasileira são contra as privatizações e apenas 17% são favoráveis¹⁷. Aqueles mais contrários às privatizações estão situados nas regiões norte e nordeste e são provenientes das classes C (69%), D/E (70%), portanto aqueles mais dependentes do Estado. As regiões sul, sudeste e centro oeste tendem a ser os menos contrários às privatizações, bem como as classes A/B (62%). Quando perguntados especificamente sobre a privatização de empresas como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, este percentual fica em torno de 70% de contrários em termos nacionais.

Se a pauta conservadora nos costumes do novo governo tem uma aderência à população brasileira, o mesmo não pode ser dito da pauta liberal econômica. No Congresso Nacional eleito em 2018 pareceu espelhar melhor a sociedade brasileira na medida em que apresenta um perfil também mais conservador nos costumes e menos liberal na economia.

Contudo, muito embora a pauta conservadora acesse de fora a fora Estado e sociedade, ela esbarra do ponto de vista liberal econômico, tanto no Congresso Nacional, quanto na opinião pública.

O número de deputados ligados a diferentes corporações de servidores é alto no Congresso Nacional, o empresariado brasileiro é dependente do Estado, ele não é liberal, e a opinião pública em geral é contra as privatizações majoritariamente.

O que podemos esperar do futuro governo se o alinhamento não é perfeito? O novo governo eleito terá, ao nosso ver, dois caminhos distintos a seguir para

¹⁷ Ver em <https://www.ipsos.com/pt-br>

implementar sua agenda de governo para contornar esta contradição com o Congresso e com a sociedade.

À Guisa de Conclusão

Entendemos que o governo poderá seguir um caminho em direção ao centro político. Num **Cenário 1 “Moderação”** (cenário otimista em relação à economia e às instituições democráticas - um governo que pode dar certo). Negociará com o Congresso e suas lideranças, pois o multipartidarismo do Congresso dificulta a aprovação integral da agenda política presidencial no legislativo, assim o governo poderá alcançar maiorias, distribuindo cargos no governo, negociando medidas provisórias ou mesmo distribuindo recursos vindos da corrupção ou não (Grohmann, 2001), dentro do chamado “presidencialismo de coalizão” (Grohmann, 2001; Abranches 2018)¹⁸. Neste sentido, negaria seu discurso de campanha e passaria a negociar com o *establishment* de Brasília que havia contrariado durante toda a eleição e poderia rumar em direção à superação da crise mais aguda da democracia brasileira.

Numa perspectiva oposta, **Cenário 2 “Extremado”** (cenário pessimista em relação à economia e às instituições democráticas – um governo que pode naufragar). Seguirá o caminho para o extremo. Nesta perspectiva, então, montaria um ministério de notáveis, superministérios, descolados do Congresso e, de certa forma, da própria sociedade, na medida em que sua agenda liberal econômica teria de ser imposta por uma via mais autoritária “hardball”, enfrentando as resistências tanto do Congresso como da opinião pública, mas mantendo coerência com suas propostas de governo, objetivando manter sua legitimidade e popularidade, com parca negociação com o Congresso Nacional. Neste sentido, quando há um conflito agudo e persistente entre legislativo e executivo, cria-se instabilidade governativa, podendo abrir-se caminho para um impeachment, renúncia... “autoritarismo” (Grohmann, 2001; Abranches 2018), portanto, agravaria a crise da democracia. A relação é de quanto mais a economia e as

¹⁸ O presidencialismo de coalizão é um conceito que descreve a forma pela qual o poder executivo (o governo) conduz a implementação de sua agenda política no legislativo (no Congresso Nacional), distribuindo recursos na máquina pública em busca de apoio político e a formação de uma maioria parlamentar. Nesse sentido, podemos compreender que, para um governo conseguir colocar em prática sua agenda governamental, ele terá de criar uma base de sustentação, de apoio, no poder Legislativo, uma “coalizão de partidos” que são muitos e heterogêneos. A dificuldade no Brasil está ligada ao fato de que o presidente é eleito por um partido diferente dos partidos que compõem o legislativo.

condições sociais se deterioram maior será o uso do “hardball”, ou seja, do “autoritarismo” com o apoio dos militares ou mesmo do “partido da justiça”. Este processo pode ou não ser capitaneado pelo Presidente Bolsonaro, dependerá da correlação de forças dentro do núcleo de poder, da relação com o Congresso, de sua popularidade e do PIB.

Referências Bibliográficas

Abranches, S. (2018). *Presidencialismo de Coalisão: Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Baquero, M. (2018). *Democracia Inercial*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Bauman, Z. (1998). *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bertholini, F. & Pereira, C. (2017). *Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro*. Revista De Administração Pública FGV, 51(4), 528 - 550.

Castells, M. (2015). *O Poder da Comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra.

Castells, M. (2018). *Ruptura - a crise da Democracia Liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ferraz, F. (2014). *Brasil: a cultura política de uma democracia mal resolvida*. Porto Alegre: AD200.

Grohmann, L. (2001). *A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada*. Revista De Sociologia E Política, 17, 75-106.

Huntington, S. (1993). *The Third Wave: democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Oreiro, J. (in press) *Do tripé macroeconômico ao fracasso da nova matriz: a Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014)*. Revista Politika.

Santos, E. (2010). *Poder e Dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra*. Porto Alegre: Editora Sulina, Editora Feevale.

Singer, A. (2018). *O Lulismo em Crise*. São Paulo: Companhia das Letras.